

Bolívar: Anteprojeto de lei de greve é estímulo à negociação

Ass. Constituinte

GLOBO 09/11/85

O cientista político Bolívar Lamounier, Assessor do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, afirmou ontem que o anteprojeto do Governo sobre a lei de greve procurará ser um instrumento transitório de estímulo à negociação entre patrões e empregados, até se chegar a uma solução para esta questão através da Constituinte.

Lamounier, autor de "Como Renascem as Democracias", foi um dos conferencistas do Seminário A Nova República-Estado e Sociedade, promovido pelo Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro no auditório do GLOBO, ao qual estiveram presentes 300 pessoas, a maioria estudantes universitários, intelectuais e políticos. Lamounier citou o reconhecimento, pelo Governo, da CUT e da Conclat como entidades das classes trabalhadoras e a anistia aos dirigentes sindicais cassados como duas das principais conquistas da Nova República em seus primeiros cem dias.

Segundo Lamounier, o momento atual e histórico para avanços democráticos nas áreas sindical, social e partidária, mas lamentou a fragilidade orçamentária do Ministério do Trabalho e as suas limita-

ções em função do que dispõe a atual Constituição.

— A Constituinte é que mudará essas coisas. A nossa proposta é que o Ministério do Trabalho deixe de ser o Ministério da intervenção e passe a ser o da negociação.

Também falando sobre o tema — Movimentos Sociais e Cidadania Operária — no seminário, que começou anteontem e termina sexta-feira, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos conclamou o Governo a vir no operariado de hoje um parceiro econômico fundamental, já que ele — principalmente o da indústria metalúrgica — é o responsável pela produção de carros, do crescimento da taxa de exportação e, através do crescimento da economia, "parceiro nas negociações com o FMI".

— O operariado brasileiro tem que ser tratado sem o cassetete. Temos que compreender e conviver com os oito milhões de sindicalizados rurais e com os cinco milhões de operários urbanos — disse Wanderley Guilherme.

Ao analisar os movimentos sociais de seis meses para cá, a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida —

pesquisadora do Cebrap; Diretora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de Campinas e autora de diversos trabalhos sobre sindicalismo e movimento operário — citou algumas conquistas do operariado: direito de greve, organização e liberdade sindical e recuperação do terreno da negociação coletiva. Ela informou que apenas nos últimos seis meses ocorreram 279 paralisações por melhores salários, contra 349 de todo o ano passado. Acrescentou que 60 por cento das greves atingiram o setor industrial, principalmente a região do ABC paulista.

O sociólogo Luiz Jorge Werneck Viana, um dos conferencistas do seminário do Iuperj, que teve como mediador dos debates de ontem o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho, condenou o "atraso político e ideológico da sociedade", afirmando:

— A sociedade está patinando na grande hora das mudanças, retornando ao passado, e isto acontece em relação aos partidos políticos e aos sindicatos. O sindicalismo brasileiro tem medo de romper com seu passado. A nossa travessia é política, mesmo que isto implique riscos.

Constituinte: Proposta do Governo recebe emendas

BRASILIA — A proposta de emenda à Constituição do Governo convocando a Assembléia Nacional Constituinte será lida hoje em sessão do Congresso às 19 horas, quando também será designada a comissão mista que a examinará. Várias emendas, elaboradas por diferentes partidos, serão apresentadas à proposta do Executivo, que tramitará em conjunto com a do Deputado Sérgio Cruz (PMDB-MS), de conteúdo semelhante.

Segundo o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), o Presidente José Sarney manifestou o desejo de que a proposta não venha a sofrer alterações substanciais mas algumas emendas estão sendo preparadas até no PMDB — pelo Deputado João Gilberto (RS) — por solicitação do Presidente do partido, Deputado Ulysses Guimarães.

Ontem, quase todos os integrantes da comissão, que deverá ser presidida pelo Senador Helvídio Nunes (PDSPI), já haviam sido indicados pelas lideranças. A comissão terá 48 horas para eleger Presidente e Vice-Presidente; receberá emendas durante 8 dias e disporá de 30 dias para emitir seu parecer.

O PT e o PTB não deverão participar da comissão, composta a partir do critério da proporcionalidade partidária. Ontem,

os líderes dos dois partidos, Deputados Djalma Bom (SP) e Gastone Righi (SP) iniciaram as tentativas de obter espaço com a simpatia do Presidente do Senado, José Fragelli. O PT e o PTB, entretanto, somente poderão integrar a comissão se os partidos incluídos lhes cederem vagas.

Caberá ao PT e ao PDT a apresentação das emendas de maior dimensão. O primeiro proporá diretas para Presidente em 1986, e eleições em novembro próximo de membros de conselhos municipais destinados a formular sugestões para a Constituinte. O segundo quer também eleição para Presidente simultânea à eleição para a Constituinte.

João Gilberto estuda a criação de uma comissão do Congresso para a legislação ordinária e a questão do quorum para aprovação do projeto de Constituição.

Integrarão a comissão mista os Deputados Gorgônio Neto, Bonifácio Andrada e Siqueira Campos, do PDS; Nadyr Rossetti, do PDT; Oscar Correa e Israel Pinheiro Filho, do PFL, e cinco do PMDB cujos nomes ainda não foram anunciados, além dos Senadores Helvídio Nunes, Aloysio Chaves, Octávio Cardoso Elenoir Vargas, do PDS; Carlos Chiarelli, Aderbal Jurema e Nivaldo Machado, do PFL, e Hélio Gueiros, José Ignácio Ferreira, Alfredo Campos e Alcides Saldanha, do PMDB.

ANC 88
Pasta 08/85
017/1985

Líder quer dar mais autonomia às comissões para dinamizar Congresso

BRASILIA — O Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, defendeu ontem a concessão de maior autonomia às comissões técnicas, até mesmo para aprovação e rejeição de projetos, como meio de agilizar o funcionamento do Legislativo.

O Senador acha que a eficiência do Congresso não pode ser medida pelo comparecimento ao plenário, que a ser usado deveria ser reservado apenas aos grandes debates políticos — realizados com data marcada — e às decisões de real importância.

As comissões técnicas passariam a ter

mais força decisória e os parlamentares passariam a especializar-se nos assuntos tratados em uma, duas no máximo. Hoje há Deputados e Senadores que fazem parte de quatro ou cinco comissões simultaneamente. O Senador ressalva, porém, que seria criado um mecanismo que permitisse recurso ao plenário das decisões adotadas pelas comissões.

A concessão de mais poderes às comissões técnicas havia sido sugerida também pelo Líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga, em entrevista concedida anteontem.